

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PRISCILA NIEHUES

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS E
CONFORMIDADES DA APAE FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS
2018**

PRISCILA NIEHUES

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS E
CONFORMIDADES DA APAE FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Denize Henrique Casagrande

FLORIANÓPOLIS

2018

PRISCILA NIEHUES

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS E
CONFORMIDADES DA APAE FLORIANÓPOLIS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, obtendo nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

Prof. Fernando Richartz, Dr.
Coordenador de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof^a. Maria Denize Henrique Casagrande, Dr^a.
Orientadora

Prof. Sandro Vieira Soares, Dr.
Coorientador

Prof. Roque Brinckmann, Dr.
Membro

Florianópolis, 11 de junho de 2018.

À minha família, pelo apoio,
dedicação e paciência em toda a
minha caminhada na universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio e dedicação, estimulando meu acesso na Ufsc; por sempre incentivarem meus estudos, pela paciência que sempre demonstraram quando trabalhos da faculdade perduravam pelas madrugadas, pelos estresses de provas, seminários e realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A todos os professores que contribuíram para meu crescimento, tanto na faculdade, como em minha vida profissional e pessoal; por todo aprendizado que proporcionaram nesses anos de graduação e, especialmente, à minha professora orientadora Maria Denize e ao professor Sandro, como coorientador, que aceitaram fazer parte deste momento, contribuindo muito com sua sabedoria em minha pesquisa.

Agradeço a oportunidade que tive, para minha vivência profissional, na Orsitec Assessoria Contábil, que contribuiu para meu crescimento profissional, de estagiária das fases iniciais do Curso, hoje fazendo parte do quadro de colaboradores, tenho certeza de que escolhi, para minha vida, a profissão que amo.

"Aqui, no entanto nós não olhamos para trás por muito tempo, nós continuamos em frente, abrindo novas portas e fazendo coisas novas, porque somos curiosos, e a curiosidade continua nos conduzindo por novos caminhos. Siga em frente".

Walt Disney

RESUMO

NIEHUES, Priscila. **Evidenciação Contábil:** Análise das práticas e conformidades da Apae Florianópolis. 49 p. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Com o propósito de entender as entidades de terceiro setor, deve-se esclarecer que o primeiro setor é composto pelo governo e o segundo setor consiste no setor privado. O terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público. As organizações não governamentais estão em evidência, seja na atuação da saúde, educação ou, até mesmo, monitorando a área pública e verificando onde o dinheiro público está aplicado. Este é o serviço dos observatórios sociais, presentes em 18 estados e no Distrito Federal, ligados pela rede do Observatório Social do Brasil. A Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Florianópolis, também é uma organização, ligada à rede Apae Brasil, que está presente em 24 federações estaduais. Atualmente, são 2.163 Apaes e entidades filiadas, para atender, diariamente, cerca de 250.000 pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A pesquisa foi caracterizada como estudo de caso, baseado nas demonstrações contábeis publicadas pela Apae Florianópolis, no ano de 2016, a partir da obrigatoriedade do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED -, para empresas imunes e isentas, que atendam alguns requisitos. Também utilizou-se, como objeto de pesquisa, o estatuto social e as notas explicativas, publicadas no *site* da associação. Dessa forma, foram verificados os critérios obrigatórios para entidades do terceiro setor e a correta aplicação na instituição. A aplicação da pesquisa foi feita em respeito às normas contábeis aplicadas no terceiro setor, a partir de *checklist*. Os resultados chegaram a 69,61%, mostrando que a entidade evidencia suas informações conforme a Lei, porém ainda é omissa em relação a outros aspectos, e deveria informar mais e de forma clara suas demonstrações contábeis, para acesso aos associados e usuários da informação externa. Se somente os dados divulgados no *site* fossem utilizados para a pesquisa, o grau de evidenciação encontrado seria nitidamente inferior ao obtido.

Palavras Chave: Evidenciação Contábil; Terceiro Setor; Apae Florianópolis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise da elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao terceiro setor, com base na ITG 2002.....	27
Quadro 2 – Análise do estatuto social da Apae Florianópolis no ano de 2016, com base no Manual do CFC.....	28
Quadro 3 – Análise do reconhecimento das demonstrações contábeis com base no Manual de Procedimentos do Terceiro Setor.....	29
Quadro 4 – Análise das notas explicativas da Apae Florianópolis no ano de 2016, com base na ITG 2002.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BP	Balço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOU	Diário Oficial da União
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
ECD	Escrituração Contábil Digital
FCEE	Fundação Catarinense de Educação Especial
FEAPAES-SC	Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina
LC	Lei Complementar
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
IN	Instrução Normativa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ITG	Interpretação Técnica Geral
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NBC TG	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
NE	Nota Explicativa
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social
RFB	Receita Federal do Brasil
SAED	Serviço de Atendimento Educacional Especializado
SAESP	Serviço de Atendimento Especializado
SPE	Serviço de Atendimento Específico
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital

TGD

Transtornos Globais do Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	TEMA E PROBLEMA	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	METODOLOGIA.....	16
1.4.1	Enquadramento da pesquisa	16
1.4.2	Instrumentos Utilizados	17
1.4.3	Procedimentos Metodológicos	17
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	18
1.6	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1.1	NORMAS APLICADAS AO TERCEIRO SETOR	20
2.1.2	Interpretação Técnica Geral 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucro	20
2.1.3	Marco Regulatório (Lei nº 13.204/2015)	23
2.1.4	Instrução Normativa RFB Nº 1594, de 01 de dezembro de 2015	24
2.1.5	Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor	25
2.2	PESQUISAS ANTERIORES	26
2.3	APAE FLORIANÓPOLIS	26
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
3.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	28
3.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	34

4.1	QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA.....	34
4.2	QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA	35
4.3	LIMITAÇÕES	35
4.4	RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	37
	ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL APAE 2016.....	40
	ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO APAE 2016.....	42
	ANEXO C – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA APAE 2016.....	43
	ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL APAE 2016	44
	ANEXO E – NOTAS EXPLICATIVAS APAE 2016.....	45

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor é composto pelas organizações não governamentais, ONGs, entidades beneficentes. Compostas, na grande maioria, por voluntários, essas entidades não têm finalidade de lucro, o que as torna diferentes das organizações que compõem o primeiro e segundo setor.

A Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, trata das organizações da sociedade civil – OSCs -, e considera a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae - uma OSC. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), o termo Organização da Sociedade Civil – OSC- representa apenas uma nomenclatura atual para as Organizações Não Governamentais – ONGs.

Merege (2000) aponta que a definição conceitual do termo Terceiro Setor tem gerado muita controvérsia dentro e fora do mundo acadêmico e que existe certa dificuldade em identificar o que é o terceiro setor, podendo-se, de forma aproximada, mencionar quais são e o que são essas organizações, uma vez que grande parte delas permanece invisível.

De acordo com Paes (2003, p.88), o terceiro setor é:

O conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos, dotados de autonomia e administração própria, que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento.

No primeiro setor, tem-se o Estado, também conhecido como setor público. Assim, o dinheiro é da população e deve ser aplicado em obras, educação e fins públicos de forma geral. Para a fiscalização do dinheiro público há uma organização do terceiro setor, presente, atualmente, em 16 estados brasileiros. São os Observatórios Sociais, os quais são isentos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ - e trabalham para monitorar as obras públicas do município que representam com a ajuda da população em geral; são apartidários e trabalham de forma democrática, visando à transparência dos recursos públicos.

O segundo setor é o de mercado, constituído por empresas privadas que visam lucro, competem entre si, possuem atividades econômicas, comercializando produtos, serviços ou ambos. As atividades do terceiro setor,

muitas vezes, são financiadas pelas empresas privadas, que podem fazer doações e, em alguns casos, receber incentivos fiscais para essa finalidade. As pessoas físicas também podem fazer doações, sendo elas financeiras ou de serviços, como o voluntariado.

A Organização das Nações Unidas – ONU - é uma organização internacional que tem como principal missão a paz. Foi fundada em 1942, após sua antecessora, a Liga das Nações, deixar de existir por impossibilidade de evitar a II Guerra Mundial. A ONU, de acordo com informações divulgadas em seu *site*, é composta por 191 países, que também a financiam. Esses países passam a ser voluntários e a contribuir com a organização, numa contribuição feita com base na capacidade econômica dos países (<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Brasil - Apae Brasil - divulgou em seu *site* números atualizados de 2.172 Apaes e entidades filiadas, coordenadas por 24 federações estaduais, abrangendo todos os estados brasileiros para atender, aproximadamente, 250.000 pessoas com deficiência intelectual e múltipla diariamente (<http://apae.com.br/>).

A Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina - FEAPAES-SC -, disponibilizou em seu *site* o número de alunos que cada unidade atende; são 191 unidades em maio/2018 no estado, atendendo 19.340 alunos.

No município de Florianópolis, a Apae foi fundada em 26 de agosto de 1964 e hoje atende em torno de 600 alunos, com acompanhamento de pessoas com deficiência, dando assistência social, saúde, educação, capacitação e proteção.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O terceiro setor é uma área que pode abranger diversos assuntos, aplicando pesquisas em observatórios sociais, partidos políticos, entidades em prol da natureza, voltadas à saúde e inúmeros outros processos das entidades.

Nesse sentido, assim como outras entidades sem fins lucrativos, a Apae nasceu da necessidade da população por serviços de caráter público e social,

os quais fazem parte da organização, que conta com voluntários para manter seus serviços, e deve ter suas demonstrações contábeis divulgadas para o conhecimento daqueles que contribuem para seu funcionamento, mostrando-se transparente.

Barboza (2017) acredita que a cultura da filantropia no Brasil está ligada à fé, tendo em vista que o país possui ONGs diretamente ligadas a grupos religiosos. Já, nos Estados Unidos, os incentivos para as boas ações não vêm somente do governo com deduções fiscais, mas também de empresas que descontam percentuais dos funcionários que desejam doar, diretamente na folha de salário, além de algumas grandes empresas que dão folgas remuneradas aos empregados que se dedicam ao trabalho voluntário.

A Lei nº 13.204, de 2015, que altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Seção IX, art. 33, prevê que a escrituração das organizações da sociedade civil deverá ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente: “IV – escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.”

Sendo assim, a Apae Florianópolis tem como obrigatoriedade o envio do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital -, embora, por se tratar de uma organização não governamental, tenha inúmeras diferenças em sua escrituração, como plano de contas específico e atendimento de outras particularidades. Nesse sentido, pergunta-se: **Qual o grau de conformidade das demonstrações contábeis da Apae de Florianópolis com a obrigatoriedade do SPED?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é verificar a conformidade das demonstrações contábeis do ano de 2016, da Apae Florianópolis, localizada no estado de Santa Catarina. “O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir

respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos”.
(GIL, 2010, p. 42)

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de alcançar o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar leis e interpretações técnicas vigentes para a contabilidade aplicável ao terceiro setor;
- b) Identificar as demonstrações contábeis apresentadas pela Apae Florianópolis, no ano de 2016;
- c) Identificar se as demonstrações contábeis atendem aos requisitos dispostos nas leis e Interpretação Técnica Geral - ITG.

1.3 JUSTIFICATIVA

A divulgação de gastos do dinheiro público está com grande visibilidade, determinada pela Lei da Transparência, LC nº 131/2009, que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - e passou a vigorar prevendo a transparência com sistemas integrados, participação efetiva da população e liberação de informações sobre a execução orçamentária e financeira à população.

Assim, da mesma forma como o dinheiro público aplicado pelo Estado gera interesse direto à população, as organizações sem fins lucrativos devem ser transparentes em seus processos e prestar contas de suas atividades e projetos desenvolvidos, conforme orienta o Manual de Procedimentos do Terceiro Setor, sob a coordenação de Grazioli et al.

1.4 METODOLOGIA

Nesta seção, aborda-se a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, tendo-se optado pelo Método Científico, o qual é um conjunto de procedimentos sistemáticos e racionais que descrevem e explicam os fenômenos, a fim de obter o objetivo (BEUREN, 2003; GIL, 2010).

1.4.1 Enquadramento da pesquisa

O enquadramento da pesquisa explica as ferramentas utilizadas para se chegar ao resultado, atendendo aos objetivos definidos e critérios de delimitações das ações. Quanto à natureza, esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa, apresentando compreensão e classificação de processos dinâmicos vividos por grupos sociais, análise a interação de certas variáveis e descrevendo a complexidade de determinado problema (BEUREN, 2003). Pode, ainda, ser classificada como quantitativa, que, de acordo com Beuren (2003), caracteriza-se pelo emprego de quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento deles por meio de técnicas estatísticas.

Quanto ao objetivo da pesquisa, trata-se de um estudo descritivo. Conforme Gil (2010), a pesquisa descritiva ocupa-se das características de uma população ou estabelece relações entre variáveis. Trata-se de uma pesquisa que é classificada como documental, a qual, segundo Vergara (2011, p. 43), “é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados, ou com pessoas: anais, ofícios, balancetes, filmes, fotografias [...]”.

Por fim, esta pesquisa também é classificada como estudo de caso, considerando que, de acordo com Gil (2010), ela fundamenta-se no estudo dos objetos de forma exaustiva e intensa, almejando o conhecimento do objeto de forma ampla e detalhada.

1.4.2 Instrumentos Utilizados

Para a realização da pesquisa foram utilizados instrumentos para coleta de dados, tais como: pesquisa documental e entrevistas. Desse modo, para a obtenção dos documentos foram utilizados relatórios disponibilizados no *site* da Apae Florianópolis. As entrevistas, classificadas como não estruturadas, foram obtidas por meio de simples conversação com o contador responsável pelas demonstrações contábeis da entidade. A pesquisa foi realizada somente sobre dados do ano de 2016, sendo assim torna-se transversal.

1.4.3 Procedimentos Metodológicos

Gil (2010) afirma que a pesquisa documental se aproxima muito da pesquisa bibliográfica, sendo que a única diferença entre elas refere-se à natureza das fontes. Define-se que o delineamento documental atém-se a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Esta pesquisa, à vista disso, tem caráter documental, considerando que foram utilizadas as informações já apresentadas pela Apae Florianópolis, sem alterações, realizando simplesmente a interpretação, a análise e a comparação dos dados coletados.

Os dados utilizados para a pesquisa foram coletados, após consulta realizada em 23 de outubro de 2017, no *site* da Apae Florianópolis e diretamente no setor da contabilidade; e consistem de demonstrações contábeis do ano de 2016, além do Estatuto Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis. O material utilizado para consulta e análise dos dados faz parte da pesquisa e está disponível nos anexos A ao E, composto por Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado - DRE, Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social - DMPL e Notas Explicativas - NE.

Com o intuito de verificar a adequação da associação à legislação vigente, dividiu-se a análise em dois níveis, sendo que fizeram parte do

primeiro nível identificar a convergência aos requisitos estabelecidos pela Interpretação Técnica Geral 2002 (ITG 2002 (R1)), pela Lei nº 13.204, de 2015, e ao Manual de Procedimentos do Terceiro Setor, do Conselho Federal de Contabilidade.

No segundo nível de análise, as demonstrações contábeis e o estatuto social disponibilizado foram comparados com cada item de verificação requisitado pela normativa contábil e pelo manual. Nesse nível de análise, foi atribuída pontuação para a verificação das conformidades, nos seguintes termos: atribuiu-se pontuação positiva (1) quando a entidade está adequada à ITG; para a não adequação, pontuação nula (0); e às informações ausentes não houve pontuação contemplada, não informada (NI).

O quociente da equação $NA = [(A/Total - NI) * 100]$, onde “A” é a soma das respostas adequadas e “Total – NI” é o total de itens do *checklist*, menos as respostas que não puderam ser identificadas. Por fim, multiplica-se por 100 e apresenta-se o Nível de Adequação percentual da Apae Florianópolis às normas.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Por se tratar de análise das demonstrações contábeis, com base na obrigatoriedade do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED -, a pesquisa atenta-se à redação, publicada no Diário Oficial da União – DOU -, da Instrução Normativa – IN - nº 1.594/2015, que alterou a IN nº 1.420/2013, tornando obrigatório às pessoas jurídicas imunes e isentas manter escrituração contábil, desde que apurem Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep -, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS-, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e Contribuição incidente sobre a Folha de Salários, cuja soma seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja superior a R\$

1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); e as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que não se utilizem da prerrogativa prevista no parágrafo único do art. 45 da Lei n. 8.981, de 1995.

Dessa forma, as entidades enquadradas nos itens estabelecidos ficam obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD -, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016, até o último dia útil do mês de maio do ano subsequente.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de organizar a pesquisa e, assim, ter um melhor entendimento do estudo, organiza-se este trabalho em quatro capítulos.

Este primeiro capítulo contempla a introdução, que aborda o tema, problema, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, delimitação e a organização da pesquisa.

A fundamentação teórica, constante no segundo capítulo, aborda a avaliação do *checklist* das demonstrações contábeis e demais ferramentas contábeis exigidas nas normas aplicadas à contabilidade da Apae Florianópolis.

No terceiro capítulo, é realizada a apresentação e análise dos resultados, no desenvolvimento das quais foram feitas as interpretações dos dados e a discussão dos resultados obtidos.

Por fim, no quarto capítulo, são apresentadas as considerações finais, trazendo a conclusão e demonstrando se os objetivos de pesquisa foram alcançados, se a entidade é transparente e atua corretamente com suas obrigações, além de referendar indicações para pesquisas posteriores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A contabilidade aplicada ao terceiro setor possui uma base na sua estrutura patrimonial definida pela Lei nº 6.404/1976, denominada Lei das Sociedades por Ações.

Por se tratar de um plano voltado para as entidades do terceiro setor, devem ser feitas algumas adaptações à nomenclatura de contas a serem utilizadas, conforme será observado adiante.

2.1.1 NORMAS APLICADAS AO TERCEIRO SETOR

2.1.2 Interpretação Técnica Geral 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucro

A ITG 2002 tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis; e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

Conforme publicado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC - em setembro de 2015, a ITG 2002 aplica-se, portanto, às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune, isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente, de assistência social e atendimento aos Ministérios, que, direta ou indiretamente, têm relação com entidades sem finalidade de lucros, e, ainda, Receita Federal do Brasil – RFB - e demais órgãos federais, estaduais e municipais.

A ITG 2002 aplica-se também à entidade sindical, seja confederação, central, federação e sindicato; a qualquer associação de classe; às outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores.

Exige-se, na Interpretação Técnica Geral 2002, quanto às demonstrações contábeis, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas (NE), conforme previsto na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 26, exceto pela Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

Na DRE, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedida e dos serviços voluntários obtidos, e divulgadas em Notas Explicativas por tipo de atividade. Na DFC, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.

Cabe ressaltar, como referido anteriormente, que algumas nomenclaturas das demonstrações contábeis são alteradas em função das entidades do terceiro setor. No BP, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No BP e na DRE, DMPL e DFC, os termos lucro ou prejuízo devem ser substituídos por *superavit* ou *deficit* do período.

Quanto ao reconhecimento dos registros contábeis pelas entidades do terceiro setor, a ITG 2002 (2015, p. 2) estabelece que:

- a) as receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência;
- b) as doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, sendo que somente as subvenções concedidas em caráter particular se enquadram na TG 07, e que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na TG 07 e, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado;
- c) os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades;
- d) enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo;
- e) as receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade;
- f) os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais;

- g) a entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados;
- h) o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido;
- i) o benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado;
- j) os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, a portadores, reguladores e usuários em geral;
- k) a dotação inicial disponibilizada pelo instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetário, no caso das fundações, é considerada doação patrimonial e reconhecida em conta do patrimônio social;
- l) o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro;
- m) aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a TG 01, quando aplicável; e que
- n) na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS completas), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (deemed cost) de que trata a ITG 10.

A norma contábil ITG 2002 contempla, ainda, itens mínimos a serem apresentados pelas entidades nas Notas Explicativas, sendo eles:

[...] contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais; critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos; relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos e os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador.

A Instrução Técnica Geral 2002 prevê, ainda, que, nas Notas Explicativas, constem informações a respeito de eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade; as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo; informações sobre os seguros contratados. E mais, a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB e sua regulamentação, Lei nº 9.394/1996, legislação que regulamenta o sistema educacional, seja ele público ou privado, do Brasil.

[...] da educação básica ao ensino superior; os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil (LDBN, 1996).

A norma contábil ITG 2002 direciona que as notas explicativas segreguem os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade, Todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos; e demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados (ITG, 2000).

Dessa forma, observa-se que a ITG 2002 é parte essencial para a contabilidade das entidades de terceiro setor, atuando como direcionador para a elaboração das demonstrações contábeis.

2.1.3 Marco Regulatório (Lei nº 13.204/2015)

A Lei nº 13.204/2015, que alterou a Lei nº 13.019/2014, trata do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC -, e estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação com organizações da sociedade civil.

Como exemplo dessas mudanças, cita-se a revogação do art. 37 da Lei n. 13.019/2014, que previa um mecanismo de responsabilização solidária do dirigente da OSC, indicado como responsável pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

A alteração da redação do inciso III do art. 39 da Lei nº 13.019/2014 estabelece a vedação de que uma Organização da Sociedade Civil – OSC - estabeleça parceria com órgão da Administração Pública, que tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da mesma esfera governamental, estendendo-se a vedação ao parentesco de até segundo grau. A nova redação aperfeiçoa a redação anterior, que estabelecia a vedação de que o dirigente da OSC tivesse parentesco com agente político de qualquer esfera governamental.

Ocorreram também mudanças significativas no que diz respeito ao processo de seleção das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs. Com a nova redação, surge a possibilidade de que a Administração limite o chamamento público nos casos em que há organizações sediadas ou atuantes em determinada unidade da federação, em razão de políticas públicas setoriais.

A Lei nº 13.204/2015 inovou, também, ao prever, no seu art. 33, inciso V, um escalonamento no tempo de existência exigido para as OSCs: 1 ano para parcerias firmadas com Municípios; 2 anos para os casos em que o termo de fomento ou o termo de colaboração será firmado com o Distrito Federal ou com o Estado; e 3 anos quando a parceria for com a União.

De maneira geral, a Lei nº 13.204/2015 revogou regras que interferiam, de forma significativa, na autonomia das OSCs, garantindo maior respeito à liberdade de associação, prevista no texto da Constituição Federal.

2.1.4 Instrução Normativa RFB Nº 1594, de 01 de dezembro de 2015

Com redação publicada no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa – IN nº 1.594/2015, alterou a IN nº 1.420/2013, tornando obrigatório

[...] às pessoas jurídicas imunes e isentas manter escrituração contábil, desde que apurarem Contribuição para o PIS/Pasep, COFINS, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e Contribuição incidente sobre a Folha de Salários, cuja soma seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); e as pessoas jurídicas tributadas

com base no lucro presumido que não se utilizem da prerrogativa prevista no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 1995.

Dessa forma, as entidades enquadradas nos itens estabelecidos ficam obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD -, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016, até o último dia útil do mês de maio do ano subsequente.

2.1.5 Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC - divulgou o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor, elaborado por Grazioli et al. visando maior transparência, e para contribuir na prestação de contas e registros contábeis.

O manual é composto por onze capítulos, que compreendem desde a contextualização histórica das atividades do terceiro setor, até informações a respeito de entidades de interesse social, funcionamento, regime tributário, prestação de contas, auditoria, plano de contas, além de outros assuntos, tratados de forma a orientar os usuários internos e finais da informação.

O capítulo dois do manual aborda a estrutura de funcionamento do terceiro setor. Quanto ao estatuto social, a entidade deve estabelecer alguns dos requisitos elencados pelo art. 20 da Lei nº 6.015/1973, e pelos arts. 62, 67, 68 e 69 do Código Civil, elencados como obrigatórios, além de outras disposições facultativas e também recomendadas.

Estão disponibilizadas no Manual de Contabilidade do Terceiro Setor (GRAZZIOLI et al., p. 40) orientações a respeito de:

- a) A denominação, a sede e o tempo de duração da fundação;
- b) a existência, ou não, de filiais;
- c) as finalidades;
- d) as atividades que serão desenvolvidas;
- e) o patrimônio;
- f) a receita;
- g) a forma como a entidade será administrada;

- h) os cargos que representarão a fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- i) a maneira como podem ser promovidas alterações estatutárias;
- j) a maneira como a entidade pode ser extinta;
- k) o exercício financeiro e orçamentário;
- l) a prestação de contas;
- m) a responsabilidade civil e criminal dos administradores e se estes respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

O manual torna-se, assim, uma ferramenta ao contador para a elaboração, análise e prestação de contas do terceiro setor.

2.2 PESQUISAS ANTERIORES

Para que haja maior transparência na prestação de contas de uma entidade do terceiro setor, as autoridades contábeis, frequentemente, atualizam as normas com a intenção de conduzir as Entidades Sem Fins Lucrativos no que tange à divulgação das demonstrações contábeis. À vista disso, diversas pesquisas têm contribuído para que o nível das informações, constantes nas demonstrações, seja verificado.

De acordo com Muraro et al. (2015) apud Souza e Casagrande (2017, p. 9) foram identificados maiores níveis de atendimento das legislações vigentes pelas entidades sem fins lucrativos que possuem contabilidade interna; já nas entidades que mantêm contabilidade externa, nem todas as exigências estabelecidas em leis e normas específicas do terceiro setor eram atendidas.

Souza (2016), em seu estudo, elucidou que os resultados da análise revelaram que os cumprimentos da maioria dos itens avaliados estavam acima da média, especialmente nas fundações. No entanto, salientou a nítida necessidade de melhoria na adequação às legislações aplicadas ao terceiro setor.

2.3 APAE FLORIANÓPOLIS

Fundada em 26 de agosto de 1964, por 41 pessoas, ligadas direta ou indiretamente ao problema da pessoa portadora de deficiência mental, a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis exerce, desde então, papel fundamental nesta atividade. A história da entidade está divulgada em seu *site* (<http://apaeflorianopolis.org.br/>).

Em 1973, foram identificados, pela Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, problemas de espaço físico para acomodar os deficientes adolescentes, assim, a Apae Florianópolis, em convênio com a FCEE, criou o Centro Ocupacional, que já contava com 17 alunos.

Na década seguinte, em 1984, a escola já possuía 80 educandos. Seu corpo técnico era formado por médico, assistente social, pedagoga, psicóloga e dentista. Buscando maior eficiência no trabalho efetuado, a escola priorizou, ainda, a contratação de novos técnicos, como fonoaudiólogo e fisioterapeuta; e recebeu, através de convênio com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), mais uma pedagoga e um professor de Educação Física.

A Apae Florianópolis, conforme consta no próprio *site* da entidade, define-se como um Projeto Político Institucional que se constitui num processo democrático de tomada de decisões; tem como objetivo organizar o trabalho da instituição na defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual, associada ou não a outra deficiência (deficiência múltipla) e Transtornos Globais do Desenvolvimento/Autismo - TGD, através do atendimento especializado nas áreas da saúde, educação e assistência social.

De acordo com informações divulgadas pela Apae de Florianópolis, a instituição conta com os seguintes atendimentos: Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE -; Serviço de Atendimento Específico; Educação Profissional – SPE -; Serviço de Atendimento Especializado – SAESP -; e Centro de Convivência.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais define, afinal, que este é um projeto que não está pronto e acabado, uma vez que supõe uma busca constante de alternativas viáveis à efetivação do trabalho da instituição, envolvendo estudos e pesquisas, além da capacitação e do aperfeiçoamento técnico e administrativo dos serviços prestados.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo é abordada a análise e a verificação dos resultados atingidos por meio dos dados coletados. A pesquisa foi realizada, em sua maior parte, por *checklist*, para o qual foram feitos questionamentos da ITG 2002, por parte de reconhecimento, divulgação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, foi aplicado questionário para verificar a transparência do Estatuto Social publicado, da APAE Florianópolis.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O *checklist* inicia-se com base na ITG 2002, a respeito da obrigatoriedade na elaboração das demonstrações contábeis pelas entidades sem fins lucrativos.

Quanto à elaboração das demonstrações contábeis, verificou-se que a Apae Florianópolis, no ano de 2016, obteve 100% de adequação à Interpretação Técnica Geral 2002, isto é, a entidade apresentou todas as demonstrações exigidas.

Dessa forma, para chegar ao resultado de 100%, foi aplicada a fórmula $NA = [(8/8-0)*100]$. O *checklist*, conforme pode se observar no Quadro 1, apresentou oito itens, os quais obtiveram, todos, pontuação 1 de adequação, com base na ITG 2002.

Quadro 1 – Análise da elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao terceiro setor, com base na ITG 2002.

Itens de Verificação de Elaboração – Demonstrações Contábeis	Pontuação
A APAE Florianópolis elabora o Balanço Patrimonial?	1
Elabora a Demonstração do Resultado do Período?	1
Elabora a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?	1
Elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa?	1
Elabora as Notas Explicativas?	1
No Balanço Patrimonial, a denominação da Conta Capital foi substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido?	1
No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou	1

prejuízo foram substituídas por <i>supervit</i> ou <i>dficit</i> do período?	
Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações foram classificadas nos fluxos das atividades operacionais?	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2018), adaptado de Silva et al. (2016).

O *checklist* aplicado para verificação das conformidades do Estatuto Social está baseado no Manual de Procedimentos do Terceiro Setor, do CFC (2015, p. 40).

O Estatuto Social da Apae Florianópolis apresentou dois questionamentos que não estavam em conformidade com o manual: ausência da informação de existência de filiais e ausência da informação do exercício financeiro e orçamentário (Quadro 2). Foi atingido o resultado de 84,61% de conformidade nesta análise. Para chegar ao percentual de conformidade obtido, foi aplicado $NA = [(11/13 - 0) * 100]$.

Quadro 2 – Análise do estatuto social da Apae Florianópolis no ano de 2016.

Itens de Verificação de Conformidade – Estatuto Social.	Pontuação
A denominação, a sede e o tempo de duração da fundação.	1
A existência, ou não, de filiais.	0
As finalidades.	1
As atividades que serão desenvolvidas.	1
O patrimônio.	1
A receita.	1
A forma como a entidade será administrada.	1
Os cargos que representarão a fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.	1
A maneira como podem ser promovidas alterações estatutárias.	1
A maneira como a entidade pode ser extinta.	1
O exercício financeiro e orçamentário.	0
A prestação de contas.	1
A responsabilidade civil e criminal dos administradores e se estes respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2018), adaptado de Silva et al. (2016).

O *checklist* também foi realizado quanto ao reconhecimento das demonstrações contábeis, evidenciando que, embora todas as demonstrações sejam elaboradas, conforme verificado no Quadro 1, elas não estão totalmente adequadas às leis e normas vigentes. O quociente da equação $NA = [(4/10 - 0) * 100]$ foi de 40%, nitidamente abaixo do resultado obtido no estatuto social.

As demonstrações da associação não são claras, portanto algumas delas são classificadas como inadequadas ou não classificadas. Esta última de não adequação foi utilizada para as doações classificadas no fluxo de caixa. A

Demonstração do Fluxo de Caixa que a entidade pública é de Método Indireto, evidenciando as variações que ocorreram, iniciando pelo *deficit/superavit* do exercício em questão. As atividades de investimento contemplam variações na aquisição do imobilizado; e as de financiamento, a variação no patrimônio social.

As prestações de serviços por terceiros, em forma de doação, não são registradas, portanto constitui uma falta de evidenciação da entidade. O mesmo se observa quanto à falta de provisão para perdas esperadas sobre créditos a receber (Quadro 3).

Quadro 3 – Análise do reconhecimento das demonstrações contábeis com base na ITG 2002, com base no Manual de Procedimentos do Terceiro Setor (GRAZZIOLI et al, 2015).

Itens de Verificação de Conformidade – Demonstrações Contábeis	Pontuação
O reconhecimento de receitas usa regime de competência?	1
Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, <i>superavit</i> ou <i>deficit</i> , de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades?	0
As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade?	0
Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros, a título de gratuidade, são reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais?	0
A entidade sem finalidade de lucros constitui provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização, e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados?	0
O valor do <i>superavit</i> ou <i>deficit</i> é incorporado ao Patrimônio Social?	1
O benefício concedido como gratuidade por meio de prestação de serviços é reconhecido pelo valor efetivamente praticado?	1
Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas, exigidas por entidades governamentais, a portadores, reguladores e usuários em geral?	0
A dotação inicial, disponibilizada pelo instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetário, no caso das fundações, foi considerada doação patrimonial e reconhecida em conta do patrimônio social?	1
O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro?	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2018), adaptado de Silva et al. (2016).

As Notas Explicativas da Associação foram divulgadas e analisadas para verificação da conformidade, sendo que, dos 14 itens verificados: em cinco itens, a pontuação obtida foi cinco; outros cinco questionamentos obtiveram pontuação zero; e quatro não foram apresentadas nas notas explicativas.

Sendo assim, aplicando $NA = [(5/14 - 4) * 100]$ obteve-se o percentual para a análise das práticas e conformidades nas notas explicativas de 50%.

Cabe ressaltar que quatro itens não foram aplicados como inadequados, mesmo que a entidade não tenha feito sua divulgação, pois estes não necessariamente eram aplicáveis à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis em 2016.

No que tange ao dever de detalhar as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções, a entidade divulgou, através das notas explicativas, o detalhamento dos recursos obtidos e da respectiva aplicação, mas não citou, no ano analisado, as responsabilidades decorrentes dessas subvenções. Tanto os recursos de aplicação restrita quanto os recursos sujeitos à restrição por parte do doador não foram citados nas Notas Explicativas de 2016.

Não houve a correta divulgação das gratuidades de forma segregada, conforme requisita a norma contábil. Somente divulgaram-se, nas notas explicativas do ano em análise, as gratuidades auferidas, sem a menção de qualquer detalhamento exigido.

Quanto à obrigação de divulgar o custo e valor reconhecido, comparativamente, nas situações em que o valor não cobrir o custo dos serviços prestados, também não há qualquer registro nas notas explicativas do ano em estudo, que direcione ao exigido pela norma contábil vigente.

Quadro 4 – Análise das Notas Explicativas da Apae Florianópolis no ano de 2016, com base na ITG 2002.

Itens de Verificação de Conformidade - Notas Explicativas	Pontuação
O contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais.	1
Os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos.	1
A relação dos tributos objeto de renúncia fiscal.	1
As subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções.	0
Os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes desses recursos.	0
Os recursos sujeitos à restrição ou vinculação por parte do doador.	0
Os eventos subsequentes à data do encerramento do exercício, que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade.	NI
As taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo.	NI
A entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita	NI

com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação	
As informações sobre os seguros contratados.	NI
Os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observada a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil.	1
Segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade.	1
Todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos.	0
A entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2018), adaptado de Silva et al (2016).

Observa-se que a entidade deixou de divulgar itens fundamentais e que auxiliam no entendimento e leitura das demonstrações contábeis do ano analisado. Ao divulgar somente sete notas explicativas no ano de 2016, a Apae Florianópolis ficou distante até mesmo do minimamente exigido pelas autoridades contábeis, desprezando, assim, a transparência necessária. A entidade deveria, ao menos, divulgar integralmente as notas exigidas pela norma contábil, já que são consideradas como o mínimo a ser apresentado.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Frente aos trabalhos similares, apresentados na seção 2.2, esta pesquisa contribui para o avanço nos estudos por tratar das práticas e conformidades de uma organização não governamental, a partir da aplicação do SPED Contábil, do ano calendário 2016.

Observa-se a necessidade de maior transparência e evidenciação nas demonstrações contábeis, embora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Florianópolis tenha apresentado 100% das demonstrações exigidas na ITG 2002, apenas 40% delas foram evidenciadas adequadamente.

Silveira e Borba (2010) apud Silva et al. (2016) descrevem que é importante considerar que alcançar um alto grau de evidenciação e de conformidade com as normas não garante um nível ideal de transparência, pois

também está associado a outros fatores, como a qualidade e clareza das informações disponibilizadas.

A APAE Florianópolis possui serviço de contabilidade externa, sendo as informações financeiras fornecidas à contabilidade pelo responsável financeiro da entidade. Na pesquisa de Muraro et al. (2015), verificou-se que as entidades que tem serviço de contabilidade interna apresentavam maiores níveis de atendimento nas legislações.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa buscou analisar as práticas e conformidades da APAE Florianópolis com a obrigatoriedade do envio das demonstrações contábeis, através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), no ano de 2016.

4.1 QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

A pergunta de pesquisa foi respondida através de *checklists* aplicados, de acordo com as normas vigentes e aplicáveis às entidades de terceiro setor.

O grau de evidenciação das demonstrações contábeis foi medido de acordo com a equação $NA = [(A/Total - NI) * 100]$, aplicada em cada quadro com itens obtidos através da Instrução Técnica Geral 2002.

O Quadro 1 apresentou a análise da elaboração das demonstrações contábeis, como evidenciado na análise dos resultados, em que todos os requisitos foram cumpridos, obtendo, assim, 100% de evidenciação.

O estatuto social teve o grau de evidenciação de 88,46%, abaixo da elaboração das demonstrações contábeis, porém com apenas dois itens não evidenciados, a existência ou não de filiais e a falta de informação quanto a exercícios financeiros e orçamentários.

Embora tenha apresentado 100% de suas demonstrações contábeis, a Apae Florianópolis não as reconheceu de forma adequada, alcançando apenas 40% de grau de conformidade.

As Notas Explicativas, consideradas complemento às demonstrações contábeis, apresentaram grau de 50% em conformidade a ITG 2002.

Portanto, o grau de evidenciação das demonstrações contábeis da Apae Florianópolis com a obrigatoriedade do SPED, no ano de 2016, média simples obtida, foi de 69,61%.

4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA

A presente pesquisa foi elaborada com base na Instrução Técnica Geral 2002. Três quadros apresentados, na seção 3.1 a respeito das demonstrações contábeis da Apae Florianópolis, foram utilizados com base na norma contábil aplicada às entidades do terceiro setor, ITG 2002.

O objetivo geral da pesquisa foi atendido; o grau de conformidade das demonstrações foi obtido e resultou em, aproximadamente, 70%.

Dentre os objetivos específicos desta pesquisa, verificou-se a necessidade de identificar leis e interpretações técnicas vigentes para a contabilidade aplicável ao terceiro setor. Na seção 2.1, desta pesquisa, foram apresentadas normas aplicáveis ao terceiro setor, sendo elas ITG 2002, Marco Regulatório Lei nº 13.204/2015, Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015 e Grazioli et al.

Nesta pesquisa, foram identificadas e analisadas as demonstrações contábeis apresentadas pela Apae Florianópolis, no ano de 2016, verificando-se que essas demonstrações atenderam aos requisitos dispostos nas referidas leis, no manual e ITG, conforme seção 2.1 desta pesquisa.

4.3 LIMITAÇÕES

A Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, obriga, para diversas situações, a prestação de contas nas entidades de terceiro setor. A Apae Florianópolis divulga em seu *site* somente o Estatuto Social, os Balanços Sociais dos anos de 2013 a 2016, o Balanço Patrimonial do ano de 2015 e o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do ano de 2016.

Para esta pesquisa ser realizada, outras demonstrações foram coletadas através do contato direto com a contabilidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis. Se somente os dados divulgados no *site* fossem utilizados para a pesquisa, o grau de evidenciação encontrado seria nitidamente inferior ao obtido nesta pesquisa.

Observa-se delimitação temporal, por se tratar somente do ano de 2016 e não haver comparabilidade entre os períodos; e também espacial, pois foi pesquisada somente a Apae do município de Florianópolis.

A análise dos dados limita-se aos itens constantes no *checklist*, elaborado com base na legislação específica, tendo em vista que não há abrangência em todos os aspectos requisitados pelas normas.

4.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Como recomendação para futuras pesquisas, em face das dificuldades enfrentadas na coleta dos dados para este estudo e considerando que as entidades de terceiro setor devem divulgar, anualmente, suas demonstrações contábeis, sugere-se verificar o grau de divulgação das demonstrações contábeis, de acordo com leis e normas vigentes, de todas as Apaes do país em seus respectivos *sites*.

REFERÊNCIAS

APAE (Florianópolis). **Apae Florianópolis - SC**. Disponível em: <<http://apaeflorianopolis.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BARBOZA, M. Q. As 100 Melhores ONGs do Brasil. **Época**, Brasil. 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/08/100-melhores-ongs-do-brasil.html>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BEUREN, I.M.; LONGARAY, A. A. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

BORBA, J. A.; PEREIRA, R.; VIEIRA, E. M. F. **Terceiro setor**: aspectos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis das fundações privadas mantenedoras de Universidades do Estado de Santa Catarina. ABCustos Associação Brasileira de Custos, v. 2, n. 2, p. 42-62, 2007.

BRASIL. **IN RFB Nº 1.594**, de 01 de dezembro de 2015. Disponível em <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=69968>> Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em 11 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 06 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.204**, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm>. Acesso em: 06 mar. 2018.

Conselho Federal de Contabilidade. **ITG 2002 (R1)**, de 21 de agosto de 2015. Altera a ITG 2002 que trata de entidades sem finalidade de lucros. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1))>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GRAZZIOLI, A. et. al. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília. Cfc; Fbc; Profis, 2015. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/ajuda.html>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

MEREGE, L. C.; BARBOSA, M. N. L. **Terceiro Setor: reflexões sobre o marco legal**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MURARO, M.; ROTA, D.; ROMANSSINI, R. Análise da aplicação da ITG 2002 – Entidade sem fins lucrativos nas demonstrações contábeis de entidades do terceiro setor de Passo Fundo - RS. **Anais... XV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul: CRCRS, 2015, p. 16.

ONU BR. **A história da organização**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 4. ed. rev., atual. e ampl. de acordo com a Lei n. 10.406, de 10.1.2002 (Novo Código Civil). Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

SILVA, L.C; SOARES, S.V; CASAGRANDE, M.D.H. Evidenciação contábil de entidades do terceiro setor: uma análise da conformidade das Demonstrações Contábeis da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). **Anais 14^o**. Ececon, 2016, Florianópolis.

SOUZA, Y.A; CASAGRANDE, M.D.H. Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor: Uma análise da conformidade das Demonstrações Contábeis da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS). **Anais 15^o**. Ececon, 2017, Florianópolis.

SOUZA, G. P. D. de. **Evidenciação contábil: uma análise do cumprimento da ITG 2002 nas demonstrações contábeis das entidades de interesse social de Natal/RN**. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3848/1/GisellyPDS_Monografia.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL APAE 2016

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORIANÓPOLIS - APAE
CNPJ: 83.933.192/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em Reais (R\$)

ATIVO

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE	76.211	618.082
DISPONIBILIDADES	48.224	595.697
CAIXA	50	200
BANCOS - CONTAS CORRENTES	27.708	522.968
BANCOS C/C CONVÊNIO	14.140	35.436
BANCOS CONTA APLICAÇÃO	6.326	37.094
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	26.404	20.832
ADIANTAMENTOS	21.443	15.045
DESPESAS EXERCÍCIO SEGUINTE	4.961	5.787
CONVÊNIO E SUBVENÇÕES	1.584	1.553
MERENDA	1.584	1.553
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.109.908	1.365.170
MOBILIZADO	1.099.685	1.350.170
BENS E DIREITOS EM USO	3.057.467	3.036.727
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(1.964.718)	(1.691.735)
INTANGÍVEL	6.937	5.178
INVESTIMENTOS	10.223	15.000
PARTICIPAÇÃO PERMANENTE EM OUTRAS SOCIEDADES	10.223	15.000
TOTAL DO ATIVO	1.186.120	1.983.252

ELIZABETH TERESA DONATO DAS NEVES

Presidente

CPF: 466.422.347-15

SARA MÁRCIA LAZARI

CRC: 1-RS-046649/O-5 - Contador

CPF: 374.213.280-68

ASSOCIAÇÃO DE PAISE AMIGOS DOSEXCEPCIONAISDE FLORIANÓPOLIS - APAE
CNPJ: 83.933.192/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL
Valores expressos em Reais (R\$)

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
P A S S I V O		
PASSIVO CIRCULANTE	762.725	635.876
FORNECEDORES	46.171	17.489
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	500.769	657.593
FOLHA DE PAGAMENTOS	0	122.736
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	172.699	60.580
PROVISÕES TRABALHISTAS	328.070	474.278
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	5.469	2.381
IMPOSTOS RETIDOS	5.469	2.381
PARCELAMENTOS	146.400	0
PARCELAMENTOS FEDERAIS	146.400	0
CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES	63.917	(41.587)
MERENDA - OBRIGAÇÕES DIVERSAS	276.977	233.277
CONVÊNIO PROF. FCEE - OBRIGAÇÕES	247.506	0
REPASSE DE CONVÊNIO - FCEE	(247.079)	0
REPASSE DE CONVÊNIO - MERENDA	(266.337)	(196.574)
REPASSE DE CONVÊNIO - PMF FMAS	(453,21)	0
REPASSE DE CONVÊNIO - PDDE	(241,74)	0
REPASSE DE CONVÊNIO - SAÚDE	0	(78.521)
REPASSE DE CONVÊNIO - SUB. SOCIAL	53.546	0
REPASSE DE CONVÊNIO - PREFEITURA	0	232
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	423.394	1.347.376
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.452.979	1.452.979
FUNDO PATRIMONIAL	38.914	38.914
SUPERÁVIT OU DÉFICIT	(1.068.499)	(144.517)
TOTAL DO PASSIVO	1.186.120	1.983.252

ELIZABETH TERESA DONATO DAS NEVES

Presidente
CPF: 466.422.347-15

SARA MÁRCIA LAZARI

CRC: 1-RS-046649/O-5 - Contador
CPF: 374.213.280-68

ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO APAE 2016

0207 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORIANÓPOLIS - APAE
CNPJ: 83.933.192/0001-16

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2016 a 31/12/2016	Período de 01/01/2015 a 31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.406.777	3.591.279
RECEITAS DE DOAÇÕES	1.732.645	2.989.099
RECEITA LOCAÇÕES	44.400	2.042
RECEITA TELEMARKETING	27.908	105.574
RECEITA FEIRA DA ESPERANÇA	268.049	494.245
RECEITA COM VENDAS	0	326
OUTRAS RECEITAS	2.333.775	0
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.406.777	3.591.279
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	(5.338.997)	(3.772.840)
ADMINISTRATIVAS	(5.327.226)	(3.766.514)
DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS	(1.991.873)	(1.609.534)
DESPESAS OPERACIONAIS TELEMARKETING	(5.154)	(2.428)
DESPESAS OPERACIONAIS FEIRA DA ESPERANÇA	(145.827)	(252.295)
ASSISTÊNCIA SOCIAL	(3.184.373)	(1.902.256)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(11.711)	(6326)
DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	(11.711)	(6326)
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	(4.370)	35.333
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	(4.370)	35.333
(=) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(936.530)	(146.228)
(+/-) RECEITAS /DESPESAS FINANCEIRAS	(66.140)	1.710
RECEITAS FINANCEIRAS	19.158	15.411
RECEITAS FINANCEIRAS	19.158	15.411
DESPESAS FINANCEIRAS	(85.298)	(13.701)
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	(85.298)	(13.701)
(=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.002.671)	(144.518)

ELIZABETH TERESA DONATO DAS NEVES
Presidente
CPF: 466.422.347-15

SARA MÁRCIA LAZARI
CRC: 1-RS-046649/O-5 - Contador
CPF: 374.213.280-68

ANEXO C – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA APAE 2016

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORIANÓPOLIS - APAE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em Reais (R\$)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit/Deficit do Exercício	(1.002.671)	(144.518)
Depreciação	278.522	238.147
Varição em Adiantamentos	(6.398)	(13.689)
Varição em Tributos a Compensar	-	366
Varição em Despesas do Exercício Seguinte	826	(399)
Varição em Convênios e Subvenções	(32)	(1.553)
Varição em Outros Créditos	-	-
Varição de Investimentos Permanentes	4.777	-
Varição em Fornecedores	28.681	16.404
Varição em Obrigações Trabalhistas	(156.825)	431.414
Varição em Obrigações Tributárias	149.488	(442)
Varição em Outras Obrigações	-	-
Varição em Convênios e Subvenções	105.504	227.682
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	(598.126)	753.412
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições no imobilizado	(28.037)	33.133
Caixa Gerado pelas Atividades de Investimento	(28.037)	33.133
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Varição no Patrimônio Social	78.689	(432.637)
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento	78.689	(432.637)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDOS DE CAIXA	(547.474)	353.908

Elizabeth Teresa Donato das Neves
 Presidente
 CPF: 466.422.347-15

Sara Márcia Lazari
 CRC: 1-RS-046649/O-5
 CPF: 374.213.280-68

**ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
APAE 2016**

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORIANÓPOLIS - APAE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Valores expressos em Reais (R\$)

EVENTOS	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit	TOTAL
SALDO EM 31/12/2014	2.321.646	(397.115)	1.924.531
Superavit do exercicio		(144.518)	(144.518)
Ajustes Exercicios Anteriores		(432.637)	(432.637)
SALDO EM 31/12/2015	2.321.646	(974.269,71)	1.347.376
Superavit do exercicio		(1.002.671)	(1.002.671)
Ajustes Exercicios Anteriores		78.689	78.689
SALDO EM 31/12/2016	2.321.646	(1.898.251)	423.395

Elizabeth Teresa Donato das Neves
Presidente
CPF: 466.422.347-15

Sara Márcia Lazari
CRC: 1-RS-046649/O-5
CPF: 374.213.280-68

ANEXO E – NOTAS EXPLICATIVAS APAE 2016



APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Florianópolis - SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de fins filantrópicos e de assistência social, que tem por finalidade a prestação de serviços de assistência social, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável, e tem como principais objetivos:

- a) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência mental em seus ciclos de vida: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- b) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com atraso no desenvolvimento neuro psicomotor;
- c) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com transtorno invasivo do desenvolvimento – autismo;
- d) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência múltipla em seus ciclos de vida: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- e) coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;
- f) atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional e pela Federação das APAE's do Estado, Coordenando e Fiscalizando sua Execução;
- g) articular junto aos poderes públicos municipais e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência e com outras entidades no município, que defendam a causa da pessoa com deficiência em qualquer de seus aspectos;

- h) encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;
- i) exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;
- j) compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares Federais, Estaduais e Municipais, relativas à pessoa com deficiência, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação;
- k) promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE;
- l) promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos da pessoa com deficiência e de apoio e orientação à sua família e à comunidade;
- m) estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do movimento Apaeano;
- n) divulgar a experiência apaeana em órgãos públicos e privados no âmbito municipal;
- o) prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela na área específica de atendimento, àqueles que deles necessitarem;
- p) desenvolver e estimular política de auto defensores garantindo a participação efetiva em todos e níveis do movimento Apaeano;
- q) promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visando à inclusão social da pessoa com deficiência.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as praticas contabeis adotadas no Brasil, com observância à Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a Interpretação Técnica - ITG 2002, a qual trata especificamente dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 03. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

(a) Demonstrações contábeis

As receitas e despesas decorrentes de suas atividades estão sendo reconhecidas pelo regime de competência. As contas patrimoniais estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos financeiros pactuados.

(b) Disponível

Incluem caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras realizáveis na data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata, as quais são registradas pelos valores de custo acrescidas de rendimentos auferidos até a data do balanço.

(c) Despesas Exercício Seguinte

A entidade possui a cobertura de seguro compatível com o seu porte e suas operações. A cobertura foi contratada pelo montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas

operações. Os seguros antecipados estão registrados no ativo circulante, sendo apropriados mensalmente ao resultado pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros.

(d) Imobilizado

O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, incluindo os gastos para colocá-lo em condições de uso no processo operacional. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica do bem.

BENS E DIREITOS EM USO	Valor Histórico 2016	Deprec. Acumulada 2016	Valor Residual 2016	Valor Residual 2015	Taxa
Apar/Inst/ TLMK	R\$ 10.863,00	R\$ 7.604,32	R\$ 3.258,68	R\$ 4.344,84	10,00%
Aparelhos e Instrumentos	R\$ 183.496,41	R\$ 82.551,49	R\$ 100.944,92	R\$ 103.354,79	10,00%
Computadores e Periféricos	R\$ 112.948,60	R\$ 92.325,03	R\$ 20.623,57	R\$ 33.482,64	20,00%
Edificações	R\$ 487.980,03	R\$ 128.334,01	R\$ 359.646,02	R\$ 379.165,28	4,00%
Equipamentos Cozinha	R\$ 66.689,81	R\$ 34.808,43	R\$ 31.881,38	R\$ 38.550,47	10,00%
Equipamentos Eletrônicos	R\$ 63.590,52	R\$ 55.351,82	R\$ 8.238,70	R\$ 11.910,90	20,00%
Instalações	R\$ 189.878,40	R\$ 28.508,27	R\$ 161.370,13	R\$ 168.965,33	1,00%
Máquinas e Equipamentos	R\$ 117.594,29	R\$ 68.698,63	R\$ 48.895,66	R\$ 60.654,93	10,00%
Móveis e Utensílios	R\$ 251.319,78	R\$ 155.999,88	R\$ 95.319,90	R\$ 115.217,61	10,00%
Outras/ Imob./ TLMK	R\$ 7.537,06	R\$ 5.276,04	R\$ 2.261,02	R\$ 3.014,07	10,00%
Veículos	R\$ 1.565.568,94	R\$ 1.305.260,34	R\$ 260.308,60	R\$ 426.330,81	20,00%
TOTAL	R\$ 3.057.466,84	R\$ 1.964.718,46	R\$ 1.092.748,38	R\$ 1.344.992,34	
INTANGÍVEL					
Software	R\$ 18.107,82	R\$ 11.170,94	R\$ 6.936,88	R\$ 5.177,74	
TOTAL	R\$ 18.107,82	R\$ 11.170,94	R\$ 6.936,88	R\$ 5.177,74	

(e) Obrigações Trabalhistas

As obrigações trabalhistas e previdenciárias são compostas pelas contas de FGTS, INSS e Irf s/ salário a recolher. Foram constituídas obrigações para férias para a cobertura das obrigações relativas às férias vencidas e proporcionais, com os respectivos encargos calculados até a data do balanço. Estão contabilizadas pelo valor original de acordo com a folha de pagamento.

(f) Parcelamentos Federais

A entidade aderiu a parcelamento para regularização de débitos referentes a tributos Federais.

NOTA 04. DOAÇÕES RECEBIDAS E RECEITAS AUFERIDAS

A entidade recebeu em 2016 as seguintes doações:

RECEITAS DOAÇÕES	Valor (R\$)
Doação de Associados	R\$ 105.177,19
Doação Federação Apae's	R\$ 189.975,20
Doação em Bens	R\$ 25.879,59

Doação Fundo Social 1%	R\$ 146.240,52
Doações Feira da Esperança	R\$ 268.048,59
Doações Almoços	R\$ 975,00
Doação Associação Celesc	R\$ 63.531,88
Doações Bazar	R\$ 2.873,50
Doações Casa Lar	R\$ 20.644,37
Doações Colônia de Férias	R\$ 9.566,87
Doações Diversas	R\$ 435.069,22
Doações TLMK	R\$ 27.908,10
Doações Uniformes	R\$ 1.533,00
Doações Secretaria Estado Fazenda	R\$ 754.764,28
Outras Receitas – Recursos de Convênios	R\$ 2.310.189,46
Receita de Locações	R\$ 44.400,00
TOTAL	R\$ 4.406.776,77

NOTA 05. CONVÊNIOS

A APAE contou em 2016 com recursos oriundos de convênios públicos, para o desenvolvimento das suas atividades. Os lançamentos contábeis, tanto os recursos recebidos como as despesas incorridas, referente os convênios, estão registrados em contas próprias patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

CONVÊNIOS	Valor (R\$)
Merenda	R\$ 1.496.843,13
PMF -FMAS	R\$ 5.072,88
Sub. Social	R\$ 156.225,96
PDEE	R\$ 11.310,00
FCEE	R\$ 1.814.407,56
Total	R\$ 3.483.859,53

NOTA 06. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social findo no exercício de 2016, apresentou uma diminuição líquida no valor de R\$ 923.981,42, composto pelo déficit de (R\$ 1.002.670,69) e ajustes de exercícios anteriores de R\$ 78.689,27, consolidando o saldo em 31/12/16 de R\$ 423.394,27.